



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 1347

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2019**, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

R\$ 1,00

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS															
	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) ¹	1.102.113.885,04	1.111.073.610,66	1.116.718.698,30	1.104.381.940,03	1.103.515.625,66	1.103.492.959,76	1.123.885.566,97	1.228.930.872,00	1.095.834.809,26	1.090.679.138,30	1.131.766.713,10	1.154.928.851,45	13.467.322.670,53	2.879.134,26		
Pessoal Ativo	636.513.934,26	642.430.268,46	643.844.061,64	630.923.758,55	628.535.482,82	626.094.677,71	640.896.702,11	746.059.605,05	610.808.569,63	606.859.778,71	635.765.235,94	662.305.104,09	7.711.037.178,97	865.891,78		
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	523.072.189,07	527.689.742,64	534.527.443,33	519.708.461,20	515.517.151,08	518.277.372,50	527.470.572,16	607.788.220,69	497.323.921,35	495.302.483,12	522.076.479,10	549.210.926,67	6.337.964.962,91	865.838,16		
Obrigações Patronais	113.440.493,17	114.739.678,02	109.315.801,77	111.214.413,61	113.017.515,20	107.816.410,98	113.425.367,17	138.270.618,22	113.484.097,18	111.556.579,85	113.687.308,62	113.092.954,32	1.373.061.238,11	53,62		
Benefícios Previdenciários	1.252,02	847,80	816,54	883,74	816,54	894,23	762,78	766,14	551,10	715,74	1.448,22	1.223,10	10.977,95	0,00		
Pessoal Inativo e Pensionistas	462.940.968,41	465.807.766,34	470.251.667,76	470.683.600,25	472.229.613,07	475.246.187,93	480.915.082,22	480.844.294,23	485.026.239,63	482.671.458,28	493.704.682,52	491.287.272,64	5.731.608.833,28	0,00		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	395.892.325,76	398.605.217,35	402.838.193,01	403.083.810,97	404.589.113,11	407.080.569,33	412.972.900,00	413.352.098,15	415.509.241,89	417.626.324,47	418.403.793,42	421.104.732,27	4.911.058.319,73	0,00		
Pensões	67.048.642,65	67.202.548,99	67.413.474,75	67.599.789,28	67.640.499,96	68.165.618,60	67.942.182,22	67.492.196,08	69.516.997,74	65.045.133,81	75.300.889,10	70.182.540,37	820.550.513,55	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.658.982,37	2.835.575,86	2.622.968,90	2.774.581,23	2.750.529,77	2.152.094,12	2.073.782,64	2.026.972,72	0,00	1.147.901,31	2.296.794,64	1.336.474,72	24.676.658,28	2.013.242,48		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	167.006.172,69	163.095.135,96	195.850.239,89	185.396.149,71	195.459.415,74	185.088.799,94	185.143.699,55	250.038.814,06	157.257.825,28	160.701.779,41	155.528.260,25	193.202.364,30	2.193.768.656,78	0,00		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.034.408,41	6.233.133,19	8.465.180,26	6.423.550,87	6.088.397,24	6.165.060,08	5.794.885,00	51.605.510,81	4.527.869,84	5.347.510,28	5.138.794,26	5.346.502,11	119.170.802,35	0,00		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.023.239,64	3.120.840,23	5.304.648,21	4.205.743,93	4.730.245,12	3.517.102,97	2.785.973,71	2.037.330,93	829.195,76	2.538.312,29	2.226.906,65	30.152.952,08	66.472.491,52	0,00		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.166.491,29	4.220.309,33	3.078.552,25	2.769.408,40	3.616.189,56	2.701.944,16	2.713.280,84	2.222.059,55	926.405,83	1.208.438,40	1.225.230,50	1.138.658,23	28.986.968,34	0,00		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	150.782.033,35	149.520.853,21	179.001.859,17	171.997.446,51	181.024.583,82	172.704.692,73	173.849.560,00	194.173.912,77	150.974.353,85	151.607.518,44	146.937.328,84	156.564.251,88	1.979.138.394,57	0,00		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	935.107.712,35	947.978.474,70	920.868.458,41	918.985.790,32	908.056.209,92	918.404.159,82	938.741.867,42	978.892.057,94	938.576.983,98	929.977.358,89	976.238.452,85	961.726.487,15	11.273.554.013,75	2.879.134,26		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)															23.640.400.908,29	-
() Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)															6.257.272,00	-
= RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)															23.634.143.636,29	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)															11.276.433.148,01	47,71%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)															11.580.730.381,78	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)															11.001.693.862,69	46,55%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)															10.422.657.343,60	44,10%

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

^{1.a} Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

^{1.b} Para evitar a duplicidade de valores referente ao processamento da despesa com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social (operações intraorçamentárias), estão sendo excluídos os valores registrados nas rubricas de receita 7.9.2.2.99.35.XX - Ressarcimento de pessoal cedido e 7.9.2.2.07.35.XX - Recup. desp. exerc. anteriores - ressarcimento de pessoal cedido, dos órgãos cedentes, e computado os valores registrados nos itens de despesa 31.91.96.01 - Pessoal requisitado de outros órgãos e 31.91.92.96 - Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado de exercício anterior, dos órgãos cessionários.

^{1.c} Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

^{1.d} Inclusão das despesas executadas na natureza de despesa orçamentária 33.90.59.00 - Pensões Especiais, referente as seguintes rubricas da folha de pagamento: 01-0006-01 - VENC PENSIONISTA; 01-1106-01 - PENSÃO MILITAR ESPECIAL; 01-1306-01 - PENSÃO SENTENÇA JUDICIAL; 01-1406-01 - PENSÃO VIUVA EX-PARLAMENTAR; 01-1506-01 - PENSÃO VIUVAS DE JUIZ DE PAZ; 01-1606-01 - PENSÃO VIUVAS EX-GOVERNADORES; 01-7006-01 - PENSÃO EX SERVIDOR NAO ESTAVEL; 01-8006-01 - PENSÃO EX-SERV NAO CONTR IPESC.

² Deduzidas as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.

³ Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF) são obtidos por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais.

Florianópolis, 22 de maio de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2019

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	24.033.977.412,19	24.170.481.082,95		
Dívida Mobiliária	-	-		
Dívida Contratual	20.856.192.281,63	20.888.840.463,96		
Empréstimos	20.239.882.467,05	20.286.596.913,86		
Internos	16.802.329.267,47	16.792.304.868,44		
Externos	3.437.553.199,58	3.494.292.045,42		
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-		
Financiamentos	17.083.889,15	12.563.123,84		
Internos	17.083.889,15	12.563.123,84		
Externos	-	-		
Parcelamento e Renegociação de dívidas	599.225.925,43	589.680.426,26		
De Tributos	-	-		
De Contribuições Previdenciárias	315.979.144,87	310.230.955,37		
De Demais Contribuições Sociais	269.074.406,93	265.303.921,16		
Do FGTS	-	-		
Com Instituição Não Financeira	14.172.373,63	14.145.549,73		
Demais Dívidas Contratuais	-	-		
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.599.503.312,21	2.754.678.116,56		
Outras Dívidas	578.281.818,35	526.962.502,43		
DEDUÇÕES (II)	2.509.474.888,73	4.215.555.868,38		
Disponibilidade de Caixa	2.153.885.138,31	3.890.231.340,64		
Disponibilidade de Caixa Bruta ¹	2.656.029.835,11	4.241.874.215,73		
(-) Restos a Pagar Processados	502.144.696,80	351.642.875,09		
Demais Haveres Financeiros	355.589.750,42	325.324.527,74		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	21.524.502.523,46	19.954.925.214,57		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.773.760.288,74	23.640.400.908,29		
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	105,53	102,24		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	94,51	84,41		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	45.547.520.577,48	47.280.801.816,58		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <=>	40.992.768.519,73	42.552.721.634,92		
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	9.212.493,12	9.456.362,65		
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	-	-		
PASSIVO ATUARIAL ³	152.523.611.725,04	152.523.611.725,04		
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-		
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	6.022.141.867,93	6.415.831.052,36		
RP NÃO PROCESSADOS	515.468.864,52	5.298.615,58		
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-		
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-		
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	509.167.194,21	509.167.194,21		

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras, mais os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, são excluídos os valores referentes à depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

³ O Passivo Atuarial é composto pelo Deficit Atuarial registrado nas contas 2.2.7.2.1.07 e 2.2.7.2.1.02.06 e pelo valor da Provisão Matemática registrado na conta 2.2.7.2 do Balancete Consolidado.

Florianópolis, 22 de maio de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	1.738.432.142,78	1.731.345.809,12	-	-
Em Operações de Crédito Externas	1.451.293.154,61	1.446.972.811,24		
Em Operações de Crédito Internas	287.138.988,17	284.372.997,88		
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	1.738.432.142,78	1.731.345.809,12	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	22.773.760.288,74	23.640.400.908,29		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	7,63%	7,32%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	5.010.227.263,52	5.200.888.199,82	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	4.509.204.537,17	4.680.799.379,84	-	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS				
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	1.738.432.142,78	1.731.345.809,12	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.451.293.154,61	1.446.972.811,24		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	287.138.988,17	284.372.997,88		
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	1.738.432.142,78	1.731.345.809,12	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

2. O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R\$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R\$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

3. O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

4. O Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarantia com a Celesc Distribuição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de U\$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

Florianópolis, 22 de maio de 2019

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2019

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	43.950.000,00	43.950.000,00
Interna	21.000.000,00	21.000.000,00
Empréstimos	13.000.000,00	13.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (I)	8.000.000,00	8.000.000,00
Externa	22.950.000,00	22.950.000,00
Empréstimos	22.950.000,00	22.950.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (II)	-	-
TOTAL (III)	43.950.000,00	43.950.000,00

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	23.640.400.908,29	-
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	35.950.000,00	0,15%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.782.464.145,33	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	3.404.217.730,79	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.654.828.063,58	7,00%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	3.600,00	3.600,00
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ De acordo com o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em <conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Florianópolis, 22 de maio de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL DE 2019

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	23.640.400.908,29
Receita Corrente Líquida Ajustada	23.634.143.636,29

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.276.433.148,01	47,71
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	11.580.730.381,78	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	11.001.693.862,69	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	10.422.657.343,60	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	19.954.925.214,57	84,41
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	47.280.801.816,58	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.731.345.809,12	7,32
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.200.888.199,82	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	35.950.000,00	0,15
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.782.464.145,33	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.654.828.063,58	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTE: Anexos do RGF - 1º Quadrimestre 2019 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 22 de maio de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA